

Opinião

opinia@jornalcomercio.com.br

PALAVRA DO LEITOR

DEP responde

Com relação à nota do leitor Renato José de Lima, intitulada "Risco", na coluna Palavra do Leitor da edição de 13/11/2014 do **Jornal do Comércio**, a Divisão de Conservação do DEP tem a esclarecer que foi feita a vistoria no local e constatado que a rede elétrica está dentro da rede pluvial. O DEP entrará em contato com técnicos da CEEE para notificação e solicitação de uma solução urgente para o problema. Isto se torna necessário para evitar problemas futuros no local. Na mesma ocasião da vistoria, a Seção Norte de Conservação do DEP executou a limpeza de três bocas de lobo e dois pontos de visita, bem como a reconstrução de quatro metros de redes pluviais em travessia. (Adriana Nascimento Machado, assessora de Imprensa do DEP)

CEEE informa

Em relação à nota "Risco", publicada na coluna Palavra do Leitor, na edição do **Jornal do Comércio** de 13/11/2014, a CEEE informa que já retirou o poste de madeira do local, e os cabos telefônicos existentes na estrutura anterior foram transferidos para o poste de concreto instalado nas esquinas das ruas Eng.º Fernando de Abreu Pereira e Eng.º Sadi de Castro, no bairro Sarandi, em Porto Alegre. A CEEE esclarece, ainda, que o poste antigo não havia sido retirado anteriormente, porque, nessas situações, primeiro as empresas de telefonia precisam fazer a transferência de todos os cabos existentes, conforme procedimentos estabelecidos previamente entre as empresas. Sobre os reparos na rede de esgoto, a companhia também fez contato com a prefeitura de Porto Alegre. (Coordenadora de Comunicação Social/Grupo CEEE)

Salário-mínimo regional

O governador Tarso Genro, ao apagar das luzes de seu governo, propõe um reajuste para o salário-mínimo regional de 16%. Como será enfrentado, na ótica do governador Tarso, este reajuste: aumento de impostos? Redução dos serviços públicos? Demissões na área privada? Parece que o senhor governador não aprendeu nada com o episódio do piso salarial dos professores - no qual o que assinou como ministro não pôde cumprir como governador. Agora, propõe-se a cumprimentar com o chapéu alheio, em uma época de crescimento econômico pífio em nível nacional. Que a Assembleia Legislativa se pronuncie. (Julio Elmar Vargas, economista)

Monumentos

Que beleza, os monumentos da Redenção estão sendo recuperados. Era uma pena passar por ali, tanto do lado da João Pessoa como da Oswaldo Aranha, e ver que estava tudo destruído, só apareciam os suportes, os bustos de bronze haviam sumido. Criminosamente deturpados para venda. (Mayra Salvador, Porto Alegre)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2 mil caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

>>>CINEMA. LITERATURA. TEATRO.
VIDA LOCAL.
O CADERNO ONDE VOCÊ INVESTE EM VOCÊ.
PANORAMA. NO SEU JC.

Ligue e assine 0800.05
acesse www.jornalcomercio.com.br

ARTIGOS

Governança na gestão pública

Marcino Fernandes Rodrigues Junior

A governança na gestão sustentável será fundamental para o sucesso do Rio Grande do Sul nos próximos anos. A sociedade e os governos devem se apropriar dos legados positivos, transformando-os em políticas de Estado. Temos que caminhar para a arquitetura de uma nova sociedade, inclusiva e diversa, buscando a convergência através do diálogo permanente, e obstinar na base do conflito zero. Caminhada longa, mas prospera. É possível e vale a pena. Podemos começar agora, depende somente de nós! Precisamos mobilizar e reunir a inteligência, o talento, as competências e valores de nossa comunidade, trabalhadores, academia, sociedade civil e setores público e privado, e nos conectarmos com o mundo do desenvolvimento sustentável. Com regras claras e transparentes. O Brasil dispõe de boas políticas não aplicadas, o que

gera inúmeras dificuldades na gestão pública, e um cenário de insegurança jurídica com sérios reflexos na cidadania e no setor produtivo, o grande gerador de riqueza e renda. A capacidade financeira do Estado chegou no seu limite, terá que haver uma aliança definitiva com todos os setores comprometidos com nosso futuro. Temos muitos desafios, mas muito mais oportunidades. Qualificar os servidores públicos com programas permanentes e regulares de educação continuada é um bom início para melhorar os serviços que devem ser entregues aos contribuintes. O saneamento básico e a gestão ambiental devem ser priorizados, estes com caráter de saúde pública. Nenhum país, estado ou cidade no mundo se desenvolveu com baixa qualidade no tratamento de esgoto e água para sua população.

Presidente do Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Cenário econômico pós-eleitoral

Luiz Eugênio Miola

O cenário econômico do Brasil é complexo após a eleição. Ao contrário de 2010, quando o País vinha de um crescimento maior e mais sustentável, em 2014 surgiram fortes sinais de esgotamento da atual política econômica. No primeiro semestre deste ano, o País entrou em recessão técnica, com a desaceleração da economia e, após, a queda do nível de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em dois trimestres consecutivos. Para o ano de 2014, a previsão é de expansão de, no máximo, 0,3%.

Essa desaceleração deixa margem para reflexões. Será que, com esse baixo crescimento e com a volta da inflação, o nível de emprego está ameaçado? Será que, com a economia estagnada, em um cenário de recessão, juros e inflação em alta, o governo vai ter a confiança do mercado para poder recuperar a economia? Se até 2010 o aquecimento do emprego atuou como propulsor na economia, elevando o consumo e fomentando o crescimento, nos últimos anos, o governo adotou como permanentes as medidas emergenciais, como subsídios

tributários para determinados setores e alguns incentivos industriais. No final de 2013, surgiram os primeiros sinais de exaustão desse modelo. Medidas polêmicas foram adotadas. Como reflexo dos protestos de junho de 2013 o governo utilizou-se de artifícios para os chamados preços administrados (controlados pelo governo), refreando reajustes nas tarifas de energia elétrica, nos preços dos combustíveis e adiando o reajuste das tarifas de transporte. De outro lado, vendas de plataformas de petróleo foram computadas a título de exportação, como forma de equilibrar a balança comercial. E, ainda, a intervenção no mercado de câmbio prejudicou a competitividade da indústria nacional, na medida em que valorizou artificialmente o real.

Passada a eleição, permeiam erros e acertos na política econômica e, a despeito de diversos incentivos, a economia não tem reagido; e o governo, necessariamente, vai ter que colocar na balança ações estruturais, com seus custos-benefícios, para gerar um novo ciclo de crescimento.

Consultor financeiro

Alerta de Charqueadas

Patricia Comunello

O desfecho do sonhado polo naval do Jacuí poderá ser a desativação da produção de módulos devido à crise financeira da Iesa Oleo e Gas. Tudo indica que falará mais alto a razão econômica de viabilizar a entrega de encomendas das quais depende a capacidade produtiva do promissor pré-sal, o que imporá a transferência do contrato a outro fabricante, e de fora. A conversa poderia ter sido diferente? Talvez não, e a razão está na execução desse plano de formar um cluster baseado em Charqueadas. A intenção de potencializar polos locais de determinados tipos de indústria é estratégia para fazer frente ao avanço de plataformas globais e resgatar o vigor na atividade regional.

Contraditoriamente, os chineses, que são os mais referidos como sucessores do contrato ante competitividade e capacidade de entrega, simbolizam esse avanço transnacional, que tem americanos, alemães etc. Ao formar um plano de apoio e incentivos (principalmente de fonte fiscal), persegue-se a ativação de condições para promover empregos ou manter os existentes, renda e o desenvolvimento tecnológico. Esse modelo não é privilégio do Rio Grande do Sul, nem do Brasil. E também se

ajusta à iniciativas que observam vocações ligadas à história e cultura da região e que dependem de fundamentos (mão de obra especializada, capital financeiro e base educacional), impulso à inovação e relação com as comunidades. Entre nações ricas, emergentes e menos desenvolvidas, a combinação varia, e o êxito também. A rede institucional que cerca os polos ou clusters é tão crucial como um contrato de US\$ 700 milhões ou US\$ 800 milhões, como o da Iesa com a Petrobras. Há muita coisa em jogo. Descuidos e desconexão na articulação e zelo nesse ambiente podem fazer naufragar o plano de formar uma economia com tomus mais robusto, capaz de suportar os movimentos externos ou se adaptar a mudanças.

Por isso, é incompreensível o silêncio ou demora em agir de governos e entidades setoriais, atores que soberam produzir manchetes e promover empregos e fatura ao polo. Enquanto tivermos uma rede cambaleante tentando selar o desenvolvimento, os elos mais fracos - trabalhadores e suas famílias, e comércio e serviços locais - pagarão alto preço por terem embarcado numa canoa cheia de furos.

Jornalista